

# TEXTOS E CONTEXTOS EDUCATIVOS FAMILIARES

**ANA PAULA RELVAS \***

## INTRODUÇÃO

O título dado a esta comunicação pressupõe que o papel desempenhado pela família junto dos seus membros, em termos educativos, tem como objecto conteúdos e objectivos variados, eles próprios diversificados em função dos contextos temporais, sociais e familiares em que ocorrem. Assim sendo, a educação familiar está sujeita a um dinamismo evolutivo que impede de analisar esta temática de forma linear e desinserida da vida e características de cada família, em cada momento e situação histórica.

O que se passa em termos educativos na família X é diferente do que acontece na família Y. O quê e como se ensina uma criança de cinco anos pouco tem que ver com o que acontece em termos de práticas educativas com um jovem de quinze. O que numa família está estabelecido como objectivos educativos não se aplica de forma rigorosamente igual para todos os filhos (mais novo, mais velho, ou filho único; rapaz ou rapariga...) Numa determinada família e nos períodos em que o pai está sobrecarregado com trabalho, a gestão parental da educação sofrerá inevitáveis alterações. A actual multiplicação de diferentes formas de organização familiar (famílias recasadas, com divórcio, monoparen-

---

\*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra

tais, etc.) exige grande flexibilidade em termos de organização e planeamento educativo familiar. Em síntese, a educação familiar é um aspecto que não pode deixar de ser encarado de forma recursiva e interactiva, enfatizando uma perspectiva sistémica.

## TRANSGERACIONALIDADE E EDUCAÇÃO FAMILIAR

Antes de prosseguirmos, tentando estabelecer alguns desses textos/contextos, importa esclarecer o que se pode entender por educação familiar. Apesar de ser uma noção vasta, e de algum modo pouco precisa, globalmente podemos dizer que inclui as atitudes, comportamentos educativos, necessidades, motivações, papéis, expectativas e projectos protagonizados habitualmente pelas gerações mais idosas em relação ao desenvolvimento das mais jovens. Expressa-se concretamente nas práticas educativas familiares.

Assenta, fundamentalmente, na transmissão do saber das gerações mais velhas às gerações mais novas, permitindo a "passagem do testemunho". Apesar disso seria impensável considerar a educação familiar como um processo de influência num só sentido (dos mais velhos para os mais jovens). Pelo contrário as relações entre gerações devem ser equacionadas como "negociações bilaterais contínuas nas quais os mais jovens e os mais idosos permutam informação e influência em função dos respectivos posicionamentos no tempo desenvolvimental e histórico" (Birren e col., 1981, p.299). Isto não invalida e até sublinha as diferenças existentes entre as gerações em confronto e o seu valor maturativo.

A educação familiar, quando encarada nesta perspectiva, transforma-se numa temática intergeracional, em que sobressaem aspectos como a *hierarquia familiar* e o *conflito de gerações*. A definição recíproca de papéis e funções é expressa na família através da distribuição do poder e correlativas posições hierárquicas que formam a sua *estrutura*. Ser pai de alguém implica que entre ambos se estabelece uma relação em que cada qual tem um papel e uma função definidos complementarmente - se protejo o filho é porque ele necessita de tal protecção; se o filho obedece ao pai é porque este tem competência para decidir o que ele pode ou não fazer, etc.

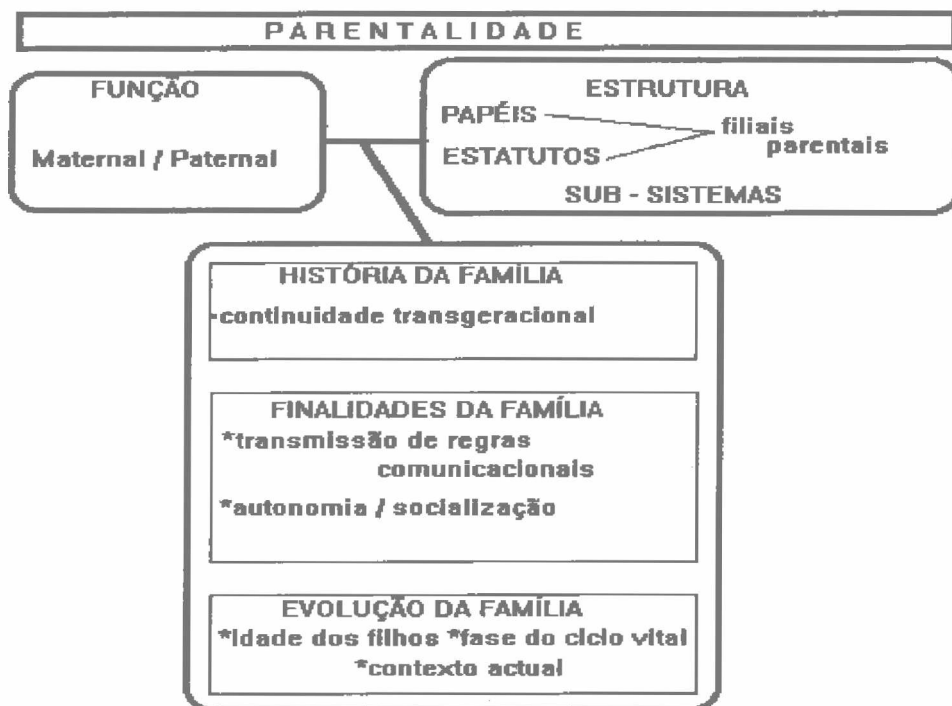
Assim, os pais (e seus substitutos ou auxiliares) ao assumirem uma posição parental de protecção e educação dos mais jovens têm necessidade de ocupar uma posição hierárquica superior, constituindo desse modo o sub-sistema

executivo da família (no sentido que detém o poder e o dever de fazer cumprir as normas). É certo que as relações familiares e nomeadamente as relações pais-filhos devem ser geridas de modo democrático, isto é, a família deve ser entendida como uma *democracia*. Contudo, o conceito de democracia não anula nem esquece o de *liderança*. Na família, os pais devem aceitar que, face às crianças, a luta pelo poder não se estabelece entre iguais: a diferença geracional implica a assumpção de uma posição de liderança e autoridade por parte dos pais, uma vez que as necessidades dos filhos vão no sentido da imposição de regras e da criação de um contexto de segurança. Se a família não assume esta diferença, os problemas de controlo, endémicos no sub-sistema parental, entram num círculo vicioso e sem saída.

A função de educação/protecção atribuída aos pais ou seus substitutos interage directamente com as finalidades da família, expressas também na transmissão intergeracional de regras, modelos comunicacionais e mitos e rituais familiares.

Os pais, ao educarem um filho, não se limitam a protegê-lo em função da idade. É evidente que este aspecto é importante e, por isso, à criança de quatro anos os pais explicam quase tudo o que pode ou não pode fazer, à de doze dão uma margem de autonomia relativa, enquanto o jovem de vinte é praticamente livre de actuar como entende. Mas, para além da idade outros factores pesam na educação e no grau de autonomia concedida: se a família tem uma tradição de educação liberal, os pais tenderão a educar o filho dentro do respeito por princípios de liberdade e ele poderá ter a chave de casa aos catorze anos; já numa família mais controladora e onde pese o medo da separação, esse facto será visto como um excesso e uma falta de responsabilidade por parte dos pais.

O conjunto de comportamentos de tipo parental que dizem respeito à criança, bem como os subsistemas que eventualmente aí intervêm, podem ser circunscritos a partir do conceito de parentalidade.



A transmissão de valores, lealdades, hábitos relacionais e educativos ao longo das gerações, extravazando o âmbito da família nuclear, vai estar presente e actuante na construção de cada nova família, resultante da junção e interacção dos modelos relacionais de (pelo menos) duas famílias. Qualquer casamento liga duas famílias de origem também em termos educativos. Quando educamos os nossos filhos muitas vezes não estamos conscientes dessa dimensão - da importância desses actos para o funcionamento e características das famílias que mais tarde se constituirão a partir da nossa. Quando participamos na educação dos nossos netos ou observamos a educação que lhes é dada pelos nossos filhos não nos apercebemos que a base do seu modelo educativo foi aprendida connosco através da educação que lhes proporcionámos. Por vezes, damos "opiniões" exigindo lealdade aos nossos princípios educativos, sem reflectirmos sobre o facto de não sermos os pais, esquecendo ainda que existem os "outros" avós (com direitos e deveres iguais aos nossos)... está declarado o conflito de gerações com os filhos, com os netos ou mesmo entre as famílias de origem, tantas vezes com implicações negativas na nova família nuclear.

## EDUCAÇÃO FAMILIAR E PARADOXALIDADE

O desejo de transmitir e impor as nossas próprias normas, ou as que consideramos mais desejáveis, conduz-nos a uma reflexão sobre a própria noção de educação. Qualquer que seja o contexto envolvente de não importa qual acto educativo este comporta sempre uma dimensão paradoxal, expressa desde logo na etimologia do termo educação (*educare* - alimentar, fornecer; *educere* - tirar para fora, fazer desabrochar ou florescer).

Educar implica "querer exercer influência, conformar, conduzir a multiplicidade das ignorâncias à unicidade de um saber" (Meirieu, 1988, p.45). Implica, conseqüentemente, a existência de um "projecto homogeneizante" por parte do educador. Em todo o acto educativo há um desejo de controlo e, em maior ou menor grau, coacção. De modo algo provocatório, neste sentido pode dizer-se que o educador é "perigoso" porque deseja a anulação da(s) diferença(s). Quando pretendo convencer alguém que educo de que a minha opção é a mais correcta, "esgrimindo argumentos" no sentido de o provar e confirmar, desejo de facto reduzir a diferença entre mim e o meu interlocutor, mesmo que explicitamente não assumo que pretendo impor a minha convicção.

Como afirma M. Postic "o acto educativo propõe-se uma construção de comportamentos num indivíduo, segundo um vector orientado. Supõe um conjunto coerente de acções, empreendidas com vista a um fim e um sistema ordenado de meios; é a execução de princípios explícitos ou implícitos provenientes de uma teoria geral. O mesmo é dizer que ele é por essência, directivo, já que as opções são tomadas para o educando e não por ele." (Postic, 1984, p. 10).

Na família este aspecto está obviamente e, diria, felizmente presente. A segurança dos pais ou educadores nas suas próprias convicções é fundamental para que os filhos possam, em contraponto, assumir as suas diferenças. Quando ouvimos alguns pais afirmarem que não querem que os filhos pensem como eles, não se trata de hipocrisia, uma vez que acreditam que é isso que pensam. Mas é uma convicção a que desejam que os filhos adiram, é ainda um rumo que pretendem que os filhos adoptem... é, então, uma afirmação paradoxal! Nada há de mais legítimo do que querer que os filhos pensem como nós convictamente entendemos que é justo e mais correcto. Isto justifica e traduz, em parte, as frases infelizes e pouco úteis como argumento que tantas vezes se profere em diferentes contextos educativos: "é para teu bem!" ou "só quero o melhor para ti". É difícil aceitar que quem poderá descobrir, de facto, esse melhor é o filho/educando.

O projecto homogeneizante e desejo de domínio (*maîtrise*) de que falávamos ancora-se em motivos pessoais, em objectivos pessoais do educador, uma vez que "qualquer opção educativa é um acto de fé em valores e por isso suscita o desejo de transformar outrém" (Postic, 1984, p.11). Por outro lado, articula-se com a necessidade social de conformação que permite fornecer às pessoas os utensílios sociais para a sua emancipação, utensílios que por sua vez são os que a sociedade espera que elas possuam (por ex. um diploma que se exige para o desempenho de X função ou tarefa). É também neste sentido que educar é socializar. Finalmente, pressupõe o postulado da educabilidade, maleabilidade e permeabilidade dos sujeitos e consequentemente a sua potencialidade individual e diferencial com vista ao seu desenvolvimento e maturidade.

Na família ou fora dela, educar é então uma acção interactiva envolvendo educador e educando num processo recursivo, em que ambos são agentes, actores. Se educar tem sempre o objectivo implícito de reduzir a diferença, também aceita e se propõe facilitar a emergência das capacidades de cada um, isto é a própria diferenciação. Educar é então o desejo de anular a diferença com o objectivo de criar novas diferenças que permitem o crescimento e desenvolvimento; é aqui que se situa o paradoxo.

Toda a empresa educativa só é então bem sucedida na proporção em que o desejo de redução da diferença fracassa. O "bom" educador está sempre em fracasso, "porque qualquer aprendizagem só se efectua se for o próprio aprendiz a efectuá-la" de modo pessoal e autónomo (Meirieu, 1988, p. 46), pois só isso lhe possibilitará uma adequada integração num determinado contexto familiar e/ou sócio-cultural.

## INTERACÇÃO CÓDIGOS/ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS

A definição de acto educativo formulado por Postic alerta ainda, para outro aspecto relevante neste contexto assinalando que a educação compreende dois domínios: 1) o das intenções, valores e conteúdos e 2) o das tarefas quotidianas utilizadas na sua implementação. Apesar de distintos não devem ser analisados independentemente uma vez que se ligam também de modo recursivo (posso tentar atingir os mesmos fins educativos através de diferentes "técnicas"). Nas famílias a definição destas duas vertentes prende-se com a interacção dos seguintes factores: 1) individuais (função das características pessoais dos agentes do acto educativo, por exemplo X pai e Y filho); 2) familiares

(relativos à história de cada família); 3) sócio-culturais (função da integração dos indivíduos e das famílias numa dada comunidade/sociedade e consequentemente da evolução da própria instituição familiar).

Contudo, a condução da tarefa educativa prende-se particularmente com a situação em jogo cuja interacção actual determina as estratégias a utilizar. Assim, numa dada situação para educar o filho utilizo uma "técnica" mais verbal (explicação), mas se assim não atinjo o que pretendo posso acrescentar-lhe um meio não verbal como por exemplo um castigo; se no entanto o resultado não for satisfatório, procuro nova estratégia, recorrendo por hipótese à ajuda de terceiros. Por outro lado o educando, ele próprio, controla também este processo; os seus comportamentos são determinados em função das suas expectativas e dos resultados obtidos e exigem, afinal, a alteração dos meus.

## ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO FAMILIAR

Na educação familiar a acção do adulto expressa nessas práticas quotidianas faz-se em regra de forma suave, sem necessidade de recurso a formas violentas de coacção e sem uma intencionalidade explícita na própria transmissão, proporcionando uma aprendizagem que permite uma integração gradual no mundo extra-familiar e adulto. Comparando a educação familiar com a escolar ou acto pedagógico propriamente dito, verificamos que os objectivos da primeira são de algum modo vagos, pouco explícitos (ou explicitados), os conteúdos são pouco sistematizados, exercendo-se em contextos temporalmente fluídos e não delimitados.

No entanto, entre as tarefas educativas da família e da escola há sobreposição e interpenetração, desde logo resultantes do objectivo comum - o desenvolvimento da criança. Mas a distinção é possível e importante se pensarmos, com Teresa Estrela, que a escola aparece como:

*" - um agente social que, por delegação da comunidade, é encarregado do desempenho de uma função educativa específica junto de um grupo de jovens;*

*- um corpo mais ou menos delimitado de saberes e saberes-fazer que é objecto de uma transmissão intencional;*

*- a avaliação dos resultados dessa transmissão;*

- a atribuição de um espaço desligado do espaço familiar e quotidiano para essa aprendizagem;

- a delimitação do processo em termos de tempo." (Estrela, 1994, p. 30)

Como nós próprios equacionámos "os papéis da família e da escola distinguem-se no que respeita à função de socialização, na medida em que a vertente afectiva e pessoal sobressai a nível familiar, enquanto a vertente de generalização das aprendizagens sobressai a nível do que se pretende ser o desempenho da escola. No que respeita à função de prestação de cuidados, é evidente que a responsabilidade da família é muito maior do que a da escola: os cuidados básicos de saúde, económicos, afectivos e de relacionamento social devem ter muito mais peso nas tarefas familiares, do que nas da escola." (Relvas, 1995, p.119)

Em regra, as tarefas respeitantes ao cumprimento das funções da família são desempenhadas a partir de situações de carácter não muito sistematizado, em que a aprendizagem tem como referente de maior peso a gestão afectivo-emocional. A escola cumprirá as mesmas funções (promoção do desenvolvimento do indivíduo e da sua adequada socialização), colocando a ênfase na aquisição de competências específicas relacionadas com a aprendizagem de conteúdos mais intelectualizados, baseados no conhecimento sistemático da realidade em termos de carácter científico. São funções idênticas para papéis diferenciados.

Daí, que partilhando a opinião de João dos Santos possamos afirmar que a educação familiar se centra na educação dos e pelos afectos.

## EDUCAÇÃO FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO

A educação familiar não se pode dissociar do desenvolvimento humano, individual e grupal, afectivo e psico-social, implicando claramente um processo de crescimento/mudança. Acaba, assim, por ser de algum modo coincidente em termos de objectivos com a finalidade da família que é permitir a autonomia/desenvolvimento individual e a socialização dos seus membros.

Como já tivemos oportunidade de referir existe um dinamismo neste processo que se associa intimamente com o evoluir do ciclo vital da própria família. Apesar de ser um conceito trabalhado a partir da família nuclear intacta, a análise diferenciada dos períodos de transição que o pontuam é importante auxiliar na compreensão das tarefas da família independentemente do seu tipo.



Aspecto particularmente verdadeiro quando se pensa nas tarefas que dizem respeito à educação e protecção das gerações mais novas. Com efeito não é pelo facto de numa família ter ocorrido o divórcio dos pais que as tarefas relacionadas com a escolaridade dos filhos deixam de ter características semelhantes às que existem nas famílias onde tal não ocorre (isto para além dos aspectos particulares de gestão parental postos por esse mesmo divórcio).

Globalmente pode dizer-se que o ciclo de vida duma família nuclear comporta um ciclo intermédio, assinalado pela presença dos filhos na casa paterna que se inicia com o nascimento dos filhos e se conclui com a sua saída de casa. Nesse período as tarefas familiares organizam-se em torno da sua educação e protecção. A família centra-se fundamentalmente na parentalidade depois e antes de se organizar em torno da conjugalidade (o que não significa exclusividade de tarefas; é importante clarificar e salientar que falamos tão só de predominância de características funcionais).

Os autores que se debruçam sobre esta temática identificam várias etapas de transição neste ciclo intermédio, para as quais assinalam tarefas e movimentos evolutivos específicos. Podemos destacar três delas, como particularmente importantes no que respeita à educação familiar: famílias com filhos pequenos, famílias com filhos na escola e famílias com filhos adolescentes.

Na primeira as principais tarefas da família prendem-se com a definição, organização e assumpção de papéis parentais, respondendo à necessidade de integrar os novos elementos. Exige por parte de quem assume tais papéis o ajustamento às exigências do desenvolvimento, interesses e necessidades de crianças dependentes, no sentido da sua estimulação.

A organização da parentalidade, no sentido da integração dos modelos educativos trazidos por cada um dos parceiros e aprendidos nas suas famílias de origem, revela-se fundamental a fim de permitir uma coerência educativa por parte do subsistema parental, traduzida na definição de objectivos e estratégias ("técnicas") educativas concretas. Por exemplo os pais têm que se entender em questões como estas: que valores pretendem atingir com a educação dada aos filhos?; os miúdos devem ser sossegados, ou é importante que sejam um pouco "reguilas"? qual deverá ser o limite dessa "reguilice"? devemos ou não ralhar aos filhos?; que tipo de castigos aplicar? e em que situações?; qual a posição a adoptar por cada um dos intervenientes no subsistema?

Devem ainda preocupar-se com questões tão simples e pragmáticas como, por exemplo, as horas a que os filhos devem ir para a cama, negociando e coordenando-se nos três níveis da hierarquia educativa: acção (comportamentos), regra (normas), meta-regra (valores e princípios).

Desde muito cedo e por meio de aprendizagens tão precoces e primárias como a definição dos horários alimentares ou a implementação de rituais de limpeza com vista à aprendizagem do controlo esfinteriano, a interacção com as crianças vai-se organizando no sentido de que estas possam ir estabelecendo diferenças e integrando limites que lhes permitirão a primeira grande aquisição em termos psicológicos: a diferenciação eu *vs* não-eu.

Nesta diferenciação entronca outra distinção que se reporta às questões de poder na família. A criança deverá ser capaz de se ir apercebendo, progressivamente, que há coisas que pode fazer e outras que não lhe são permitidas. Aceitará, também, que há iguais e há adultos e que se deverá relacionar diferentemente com uns e com outros. Estará então pronta para detectar quais as áreas de interacção de que está excluída, percebendo a exclusividade da relação de casal.

Em todo este processo a flexibilidade educativa parental é deveras importante. A criança tem que ser protegida mas tem igualmente que ser paulatinamente responsabilizada correlativamente às capacidades e aquisições que vão emergindo. No sentido de lhe possibilitar um sentimento de segurança, é importante perceber que há quem mande nela e que há normas que têm que ser respeitadas, tanto no que diz respeito a ela própria como no que se refere às relações que estabelece com os outros grandes e pequenos (com os irmãos a competição e simetria é permitida mas o mesmo não acontece em relação aos pais). Contudo, deve-lhe ser facultada uma exploração do meio que lhe dê respostas e simultaneamente estimule a sua própria curiosidade. Assim aumentará o conhecimento do mundo que a rodeia bem como o sentimento de controlo sobre esse mesmo meio; poder-se-á, portanto, tornar cada vez mais autónoma e separada em relação aos seus educadores/protectores.

Na segunda etapa, famílias com filhos na escola, acrescentam-se às tarefas da família as que dizem respeito à entrada das crianças em meio escolar. A educação familiar terá que ir no sentido de proporcionar a gestão da relação meio escolar - familiar distinguindo o que especificamente diz respeito à escola ou à família. As tarefas educativas prosseguem no sentido de aumentar a responsabilização e autonomia da criança, procurando manter uma coerência e

complementaridade com o que a escola lhe proporciona e aceitando o aumento das suas capacidades, nomeadamente em termos cognitivos.

Por outro lado, a criança deve ser ensinada a respeitar outros contextos extra-familiares. Os contactos sociais e particularmente a relação com as outras famílias intensificam-se a partir daqui e as comparações com o que se passa no exterior vão dar novo colorido às questões educativas na família: se faço assim na escola, porque não em casa?; se a minha amiga faz isto, porque é que eu não posso? Surge a necessidade de estabelecer novos limites, agora entre a família e o exterior com a flexibilidade que facilite e estimule as trocas entre dentro e fora mas sem deixar de firmemente clarificar o que é próprio da família, reforçando a consciência dum sentimento de pertença familiar (*"aqui em casa faz-se, é-se, assim"*).

Na terceira etapa, famílias com filhos adolescentes, este processo atinge um auge com a grande tarefa educativa que é aceitar e promover a mudança nas relações pais-filhos (de criança/jovem - adulto para adulto - adulto). É necessário permitir o equilíbrio entre responsabilidade e liberdade. Na continuidade do que vinha acontecendo na etapa anterior a família tem que aceitar que é uma tarefa partilhada com a comunidade, com a escola e as outras famílias e particularmente com os grupos de iguais, de outros adolescentes.

Isto não significa que os pais se demitam das suas funções educativas, muito pelo contrário. Como afirma Daniel Sampaio a presença dos pais junto dos filhos é tão ou mais importante nesta etapa do que na infância, sendo agora o seu papel *"estarem atentos, mobilizar sem dirigir, apoiar nos fracassos e incentivar nos êxitos, estar com eles e respeitar cada vez mais a sua individualização."* (Sampaio, 1994, p.42).

O jovem para concretizar a mais recente e importante diferenciação correlativa da aquisição da identidade, isto é entre dependência e independência (capacidade que o indivíduo possui para satisfazer as necessidades até aí satisfeitas por aqueles de quem se é dependente), tem que sentir o apoio e convicção firme dos pais nas suas próprias posições para poder definir o que pretende ser e como.

Os pais (ou educadores familiares) deverão ser sempre pais e nunca somente amigos. A autoridade parental, o desejo de educar os filhos no sentido de aceitarem aquilo em que acreditam é mais do que legítimo: é desejável e imprescindível. Sabendo que é preciso escutar uma voz que afirma:

*"Os vossos filhos não são vossos filhos:  
São filhos e filhas do chamamento da própria vida  
Vêm por vosso meio mas não de vós.  
E apesar de estarem convosco não vos pertencem  
Podeis dar-lhe o vosso amor  
Mas não os vossos pensamentos.  
Porque eles têm pensamentos próprios.  
Podeis acolher os seus corpos mas não as suas almas  
Porque as suas almas habitam a casa do amanhã  
Que não podeis visitar nem sequer em sonhos.  
Podeis esforçar-vos por ser como eles  
Mas não tenteis fazê-los como vós.  
Porque a vida não vai para trás  
Nem se detém com o ontem.  
Sois os arcos e os vossos filhos as setas vivas  
Projectadas  
O arqueiro vê o alvo no caminho do infinito  
E retesa-vos com o seu poder  
Para que as setas possam voar depressa para longe.  
Que a vossa tensão na mão do arqueiro seja de alegria.  
Porque assim como ele gosta de cada seta que voa  
Também gosta do arco que fica."*

Khalil Gibran, *O Profeta*

### Educação Familiar

\*Atitudes, comportamentos, necessidades, motivações, papéis, expectativas educativas

\* Práticas educativas

\* Projectos das gerações mais idosas em relação ao desenvolvimento das mais jovens

"Qualquer opção educativa é um acto de fé em valores e por isso suscita o desejo de transformar outrém."

M. Postic, 1984

"Educar é sempre reduzir a diferença."

P. Meirieu, 1988

O acto educativo é interactivo e recursivo: educador e educando são igualmente actores/agentes do processo.

### BIBLIOGRAFIA CITADA:

ESTRELA, T. (1994). *Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na Aula*. Porto, Porto Editora.

MEIRIEU, P. (1988). Éduquer c'est toujours un peu vouloir briser les différences. *Cahiers Pédagogiques*, 268, 45-46.

POSTIC, M. (1984). *A Relação Pedagógica*. Coimbra, Coimbra Editora.

RELVAS, A. P. *Família. Desenvolvimento numa perspectiva sistémica*. P/a publicação.

SKINNER, R.; CLEESE, J. (1990). *Famílias e como (sobre)viver com elas*. Porto, Afrontamento.

**COLABORA COM**

**LER**  
*educação*